



**PAUTA
PARA A 156ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 26 DE OUTUBRO DE 2016**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 784, de 2016, de autoria da deputada Célia Leão. Declara de utilidade pública a "Associação de Desenvolvimento Humano AbraceSolidário", em Campinas.

2 - Projeto de lei nº 785, de 2016, de autoria do deputado Pedro Tobias. Classifica Itapuú como Município de interesse turístico.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 779, de 2016, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dispõe sobre a isenção de pagamento de pedágio às motocicletas, aos veículos automotores de duas rodas e similares no Estado.

2 - Projeto de lei nº 780, de 2016, de autoria do deputado Enio Tatto. Declara de utilidade pública a "Associação Comunitária Fênix", em Jacaré.

3 - Projeto de lei nº 781, de 2016, de autoria do deputado Welson Gasparini. Dá a denominação de "Professora Julieta Fernanda Sousa Taranto" à Escola Estadual Jardim Progresso, em Ribeirão Preto.

4 - Projeto de lei nº 782, de 2016, de autoria do deputado Carlos Cezar. Institui a "Ação Coordenada Preventiva para a Advertência, Orientação, Diagnóstico Precoce e Tratamento da Celulite Ocular" no Estado.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 775, de 2016, de autoria do deputado Márcio Camargo. Isenta do pagamento de pedágio os veículos cujos proprietários sejam Professores, Dentistas, Enfermeiros, Fisioterapeutas ou Médicos das Redes Públicas Estadual, Federal e Municipal.

2 - Projeto de lei nº 776, de 2016, de autoria do deputado Igor Soares. Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de programa nos sistemas dos computadores dos Centros de Doação de Sangue do Estado, para cadastro, entrevista e triagem de pessoas portadoras de necessidades especiais, especialmente surdez.

3 - Projeto de lei nº 777, de 2016, de autoria do deputado Igor Soares. Dá a denominação de "Vilobaldo Carvalho Teixeira Filho" ao Ambulatório Médico de Especialidades, AME em Itapevi.

4 - Projeto de lei nº 778, de 2016, de autoria do deputado Luiz Fernando. Declara de utilidade pública a "Associação Cubatense de Defesa dos Direitos das Pessoas Deficientes - ACDDPD", em Cubatão.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 773, de 2016, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Centro Especializado em Hemodiálise e Diálise Peritoneal", em Cruzeiro.

2 - Projeto de lei nº 774, de 2016, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Autoriza o Poder Executivo a implantar o programa "Vila Dignidade", em Cruzeiro.

3 - Moção nº 68, de 2016, de autoria do deputado Feliciano Filho. Apela para os Srs. Presidentes da República e do Senado Federal, bem como para os nobres parlamentares, a fim de que não aprovem o PLC - Projeto de Lei da Câmara nº 24/2016 (Projeto de Lei nº 1.767/2015, na casa de origem); que tramita no Senado, por ferir a Constituição Federal.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 771, de 2016, de autoria da deputada Célia Leão. Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência, em estabelecimentos bancários, de porta exclusiva de acesso a clientes portadores de marcapasso e outras próteses eletrônicas.

2 - Projeto de lei nº 772, de 2016, de autoria da deputada Célia Leão. Autoriza o Poder Executivo a destinar 10 % (dez por cento) do valor arrecadado com multas por infração à legislação do trânsito para as Santas Casas de Misericórdia.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 783, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Altera dispositivos da Lei nº 11.602, de 2003, relativos ao Fundo de Atualização Tecnológica - FAT da Secretaria da Fazenda e dá outras providências.

2ª Sessão

Projeto de lei Complementar nº 40, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei Complementar nº 988, de 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado e institui o regime jurídico da carreira do Defensor Público do Estado.

Em pauta por 15 (quinze) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 246 do Regimento Interno.

8ª Sessão

Projeto de lei nº 750, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2017.